



CANARANA

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 24.876.026/0001-66



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

7. TÍTULOS E VALORES IMOBILIÁRIOS

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 01/01/2018 |
|--------------------------------|------------------|------------|------------|
| Conta reserva - financiamentos | 5.011.964 | - | - |
| | 5.011.964 | - | - |

Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente as garantias reais do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (nota explicativa 13). Durante todo o prazo do contrato, caso a CNTE possua Índice de Cobertura da Dívida de, no mínimo, 1,2 (um inteiro e dois décimos), a mesma deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. Na hipótese de o Índice de Cobertura da dívida ser inferior a 1,2 (um inteiro e dois décimos), a PRTE deve preencher a conta reserva com valor correspondente a seis vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da conta reserva atendia a referida obrigação de manter seis vezes o valor do pagamento de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida, conforme previsto no contrato de financiamento com o BNDES.

8. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 01/01/2018 |
|-----------------------------|------------------|------------------|------------|
| A vencer | 6.531.573 | 6.722.215 | - |
| Vencidas até 30 dias | 22.455 | 365.198 | - |
| Vencidas até 60 dias | 7.354 | - | - |
| Vencidas até 90 dias | 6.494 | - | - |
| Vencidas há mais de 90 dias | 918.005 | - | - |
| | 7.485.881 | 7.087.413 | - |
| (-) PCLD | (86.680) | - | - |
| | 7.399.201 | 7.087.413 | - |

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. Segue movimentação da PCLD:

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 01/01/2018 |
|-------------------------|-----------------|------------|------------|
| Provisão | (86.680) | - | - |
| Saldo em 31 de dezembro | (86.680) | - | - |

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|----------------------|------------------|------------------------|
| | - | (reapresentado) |
| IRPJ saldo negativo | 2.717.502 | 2.717.003 |
| CSLL saldo negativo | 911.349 | 911.349 |
| IRRF sobre aplicação | - | 69 |
| Outros | 134.648 | 887 |
| | 3.763.499 | 3.629.308 |

10. ATIVO DE CONTRATO

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 01/01/2018 |
|----------------|--------------------|------------------------|------------------------|
| | - | (reapresentado) | (reapresentado) |
| Circulante | 65.570.119 | 61.511.987 | 35.147.084 |
| Não circulante | 514.030.404 | 499.522.288 | 309.314.157 |
| | 579.600.523 | 561.034.275 | 344.461.241 |

11. FORNECEDORES

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 01/01/2018 |
|------------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| Provisão para encerramento de obra | 7.552.690 | 12.497.894 | - |
| Fornecedores relacionados | | | |
| à construção | 2.427.075 | 2.158.171 | 22.675.108 |
| Gastos ambientais e fundiários | 440 | 99.584 | 192.356 |
| Prestadores de serviços | 175.262 | 44.433 | 15.811 |
| Outros | 118.058 | 61.726 | 12.035 |
| | 10.273.528 | 14.861.808 | 22.895.310 |

12. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 01/01/2018 |
|----------------|------------------|------------------------|------------------|
| | - | (reapresentado) | - |
| IRPJ | 4.459.386 | - | - |
| CSLL | 1.542.464 | - | - |
| PIS | 96.363 | 79.327 | 144 |
| COFINS | 462.307 | 365.415 | 886 |
| INSS empregado | 127.314 | 104.341 | 60.110 |
| ISS terceiros | 315 | 40.112 | 611.457 |
| IRRF | 2.298.913 | 1.725 | 505.725 |
| Outros | 44.797 | 82.004 | 852.526 |
| | 9.031.859 | 672.924 | 2.030.848 |

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Total da dívida:

| Descrição | Início | Vencimento | Garantidor | Encargos | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 01/01/2018 |
|---------------------------|--------|------------|------------|--------------|--------------------|--------------------|------------|
| BNDES | dez/18 | jan/33 | SGBH | 1,93% TJLP + | 139.104.028 | 147.478.528 | - |
| State Grid Brasil Holding | dez/17 | dez/18 | N/A | 108% CDI | - | 115.545.635 | - |
| | | | | | 139.104.028 | 263.024.163 | - |
| Circulante | | | | | 10.819.963 | 125.232.729 | - |
| Não circulante | | | | | - | - | - |
| | | | | | 128.284.065 | 137.791.434 | - |
| | | | | | 139.104.028 | 263.024.163 | - |

Mútuo SGBH: Em 8 de janeiro de 2018 foi aprovada através do Despacho nº 27 publicado no D.O. de 09 de janeiro de 2018 seção 1, p. 26, v. 155, n. 6 a anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, o Contrato de Mútuo entre a Canarana Transmissora de Energia S.A. e a State Grid Brazil Holding - SGBH no valor de R\$ 110.000.000 (cento e dez milhões de reais) pelo prazo de 12 meses a partir da data de assinatura do documento. Sobre o montante, incidirão juros equivalentes a 108% do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI divulgado pela CETIP - Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos ao ano, calculados *pro-rata-die* com base no exponencial de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis no ano. O saldo devedor, devidamente acrescido da remuneração (conforme definido acima), foi integralmente pago em janeiro de 2019. **BNDES:** Em 18 de outubro de 2018, foi firmado um contrato de financiamento junto ao BNDES no montante de R\$ 180.983.105 (cento e oitenta milhões, novecentos e oitenta e três mil, cento e cinco reais) destinado a aquisição de máquinas e equipamentos, compra de materiais e serviços para a construção da linha de transmissão. Sobre o montante incidirão juros de 1,93% (um vírgula noventa e três por cento) ao ano a título de remuneração, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Do total deste montante, R\$ 147.303.640 (cento e quarenta e sete milhões, trezentos e três mil e seiscentos e quarenta reais) já foram repassados pelo BNDES em 26 de dezembro de 2018. Esse financiamento será pago em 168 (cento e sessenta e oito) parcelas mensais e sucessivas. A primeira parcela vencendo em 15 de fevereiro de 2019 e a última vencerá em 15 de janeiro de 2033. **Garantias:** • Penhor da totalidade das ações da Companhia de direito da SGBH. • Cessão dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão. **Covenants:** A Companhia deve apresentar a memória de cálculo do índice de cobertura da dívida para atender ao Contrato de Financiamento com o BNDES. A metodologia de cálculo consiste em dividir a Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida. Esta razão deve ser igual ou superior a 1,2. O referido índice foi cumprido pela Companhia em 31 de dezembro de 2019. Abaixo está o cálculo do índice para 2019:

| | |
|---|-------------------|
| A) Geração de Caixa | 54.303.324 |
| (+) EBITDA | 56.653.026 |
| (-) Pagamento de IR + CS | (2.349.702) |
| B) Serviço da dívida | 19.830.964 |
| (+) Amortização de dívida | 9.713.420 |
| (+) Pagamento de juros | 10.117.544 |
| Índice de cobertura do serviço da dívida (A/B) | 2,74 |
| O LAJIDA (EBITDA) corresponde ao somatório dos itens abaixo discriminados: | |
| (+/-) Lucro/Prejuízo antes do IR | |
| (+/-) Resultado Financeiro Líquido | |
| (+/-) Resultado de equivalência | |
| (+) Depreciações e amortizações | |
| (+/-) Perdas (desvalorização) por Impairment | |
| (+/-) Lucro/Prejuízo na alienação de imobilizado, investimentos ou intangíveis | |
| A Companhia também deve apresentar o Índice de Capitalização com valor igual ou superior a 20%, conforme cálculos abaixo: | |
| Patrimônio Líquido (A) | 109.455.854 |
| Ativo Total (B) | 280.902.384 |
| Índice de Capitalização (A/B) | 39% |

b) Fluxos de pagamentos futuros da dívida (principal):

| | Amortização |
|-----------|--------------------|
| 2021 | 10.600.164 |
| 2022 | 10.600.164 |
| 2023 | 10.600.164 |
| 2024-2033 | 96.483.573 |
| | 128.284.065 |

14. TAXAS REGULAMENTARES

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 01/01/2018 |
|---------------------------------------|----------------|----------------|------------|
| Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (ii) | 484.700 | 187.149 | - |
| Taxa de fiscalização (TFSEE) (i) | 21.585 | 21.212 | - |
| | 506.285 | 208.361 | - |

(i) TFSEE: Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória. Em 19 de julho de 2019, através do Despacho 2.004 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a TFSEE relativas as competências de julho de 2019 a junho de 2020 de R\$ 21.585.

(ii) P&D: Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

15. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Administração da Companhia, com base na análise individual dos processos judiciais e suportados por opinião de seus assessores jurídicos, constatou que não há ações movidas contra a Companhia com prognóstico de perda classificadas como "provável" ou "possível" e que gerem, portanto, a necessidade de constituição de provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.

16. IMPOSTOS DIFERIDOS

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 01/01/2018 |
|------------------------------|--------------------|--------------------|-------------------|
| Imposto de renda diferido | 66.986.504 | 61.302.152 | 34.789.237 |
| Contribuição social diferida | 24.115.142 | 22.068.775 | 12.524.125 |
| PIS diferido | 9.562.948 | 9.257.064 | 5.520.441 |
| COFINS diferido | 44.047.516 | 42.638.609 | 25.427.488 |
| | 144.712.110 | 135.266.609 | 78.261.291 |

Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo de contrato da Companhia.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2018 o capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$144.001.000, dividido em 144.001.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada. Em 12 de setembro de 2019, através de Assembleia Geral extraordinária, os sócios decidiram pela redução do capital social, inteiramente integralizado, de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), pelo cancelamento de 60.000.000 (sessenta milhões) de ações ordinárias nominativas, tudo em conformidade com o artigo 173 da lei 6.404/76. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2019 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 84.001.000,00 (oitenta e quatro milhões e um mil reais) representado por 84.001.000,00 (oitenta e quatro milhões e um mil) ações ordinárias, nominativas, como valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada. A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

| | 2019 e 2018 |
|-------------------------------------|-------------|
| State Grid Brazil Holding S.A. | 99,99% |
| International Grid Holdings Limited | 0,01% |
| | 100% |

b) **Reserva Legal:** A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas. c) **Dividendos e juros sobre capital próprio:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|----------------|----------------|
| Lucro líquido do exercício | 48.637.110 | 84.209.580 |
| Reserva legal (5%) | (2.431.856) | (4.210.479) |
| Base de cálculo para os dividendos | 46.205.254 | 79.999.101 |
| Dividendo mínimo obrigatório (1%) | 462.053 | 799.991 |
| Provisão de Juros sobre capital próprio | 15.330.028 | - |

Em 17 de dezembro de 2019, foi aprovado o pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 15.330.028 referente ao exercício social de 2019. O valor do imposto de renda devido sobre o juros sobre capital próprio foi de R\$ 2.299.504 o que gerou um valor líquido a pagar de R\$13.030.524, que será pago até dezembro de 2020. Devido ao valor ter sido superior ao valor do dividendo mínimo obrigatório, não houve provisão do mesmo.

18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|------------------------------------|------------------------|------------------------|
| | (reapresentado) | (reapresentado) |
| Receita operacional bruta | 91.897.265 | 266.932.977 |
| Receita de operação e manutenção | 9.701.817 | 5.529.012 |
| Remuneração dos ativos de contrato | 80.050.297 | 66.063.882 |
| Receita de construção | - | 195.545.281 |
| Ajustes de receitas variáveis | 2.145.151 | (205.198) |
| Deduções da receita operacional | (9.435.185) | (25.550.609) |
| PIS | (1.516.305) | (4.470.954) |
| COFINS | (6.984.192) | (20.593.689) |
| TFSEE | (677.548) | (358.690) |
| P&D | (257.140) | (127.276) |
| | 82.462.080 | 241.382.368 |

19. CUSTO DA OPERAÇÃO

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|--------------------------------|------------------------|------------------------|
| | (reapresentado) | (reapresentado) |
| Pessoal | (5.078.407) | (1.296.178) |
| Material | (186.232) | (4.684) |
| Serviços de terceiros | (56.159) | (11.015) |
| Arrendamentos e alugueis | (136.363) | - |
| Seguros | - | (58.983) |
| Tributos | (10.906) | (62.085) |
| Custo de construção (i) | 2.373.342 | (97.983.078) |
| Custo de operação e manutenção | (364.332) | - |
| Gastos diversos | (486.838) | (277.192) |
| | (3.945.895) | (99.693.215) |

(i) Valor referente a estorno de provisão para encerramento de obra, apurada a maior na unitização

20. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---------------------------|------------------------|------------------------|
| | (reapresentado) | (reapresentado) |
| Pessoal | (1.697.713) | (1.495.740) |
| Material | (3.759) | (603) |
| Serviços de terceiros | (416.242) | (766.488) |
| Arrendamentos e alugueis | (94.200) | (76.897) |
| Doações | (270.980) | (448.996) |
| Provisões | (86.680) | - |
| Tributos | (5.321) | (32.316) |
| Depreciação e amortização | (39.096) | (22.978) |
| Outras | (369.151) | (298.254) |
| | (2.983.142) | (3.142.272) |

21. RESULTADO FINANCEIRO

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|------------------------|------------------------|
| | (reapresentado) | (reapresentado) |
| Receitas financeiras | 2.127.257 | 17.535 |
| Receitas de aplicações financeiras | 2.150.611 | 18.699 |
| Tributos sobre receitas financeiras | (103.785) | - |
| Outras receitas financeiras | 80.431 | (1.164) |
| Despesas financeiras | (12.160.634) | (10.853.594) |
| Juros sobre empréstimos - partes relacionadas | (2.836.239) | (5.564.362) |
| Juros sobre empréstimos - terceiros | (8.526.072) | (156.162) |
| IOF, taxas e comissões | (25.059) | (4.821.890) |
| Outras despesas financeiras | (773.264) | (311.180) |
| | (10.033.377) | (10.836.059) |

22. BASE DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (LUCRO REAL)

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|------------------------|------------------------|
| | (reapresentado) | (reapresentado) |
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social | 65.413.080 | 127.666.935 |
| Alíquota nominal | (22.216.447) | (43.382.758) |
| Ajustes para obtenção da alíquota efetiva | | |
| Adições e exclusões não dedutíveis | (474.533) | (8.833.627) |
| Incentivos Fiscais (Lei Rouanet/Desportivo/PAT) | 299.329 | 190.964 |
| Outros | 5.615.682 | 8.568.066 |
| Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva | (16.775.970) | (43.457.356) |
| IR e CS correntes | (9.045.251) | (7.399.789) |
| IR e CS diferidos | (7.730.719) | (36.057.567) |
| | (16.775.970) | (43.457.356) |

23. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais são efetuações em condições usuais de mercado, os quais:

23.1. Ativo

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 01/01/2018 |
|--|------------|------------|------------|
| Contas a receber - partes relacionadas | 14.469 | - | - |
| Outros | 14.469 | - | - |

23.2. Passivo

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 01/01/2018 |
|--|------------|-------------|------------|
| Fornecedores/Empréstimos partes relacionadas | 245.780 | 115.549.197 | - |
| Aluguel (i) | 6.454 | - | - |
| Outros | 239.326 | 3.562 | - |
| Empréstimos com a SGID (nota explicativa 13) | - | 115.545.635 | - |

23.3. Resultado

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---------------------------------|-----------------|------------|
| Resultado - partes relacionadas | (74.879) | - |
| Despesa de aluguel (i) | (74.879) | - |

(i) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros. Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

24.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria:

| Ativos mensurados pelo valor justo | Nota | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 01/01/2018 |
|---|------|------------|-------------|------------|
| Caixa e equivalentes de caixa | 6 | 6.615.240 | 157.287.646 | 284.524 |
| Ativos mensurados pelo custo amortizado | Nota | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 01/01/2018 |
| Concessionárias e permissionárias | 8 | 7.399.201 | 7.087.413 | - |
| Passivos mensurados pelo custo amortizado | Nota | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 01/01/201 |



CANARANA

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 24.876.026/0001-66



★ continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas e Diretores da
Canarana Transmissora de Energia S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Canarana Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Representação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 4, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2020

ERNST & YOUNG

Audidores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Glauco Dutra da Silva

Contador - CRC-1RJ090174/O-4

